

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES

DESTAQUES IPADES

Outubro 2016

MATO GROSSO SAI NA FRENTE

O Estado de Mato Grosso cria o Instituto Mato-Grossense da Carne (Imac). Será o primeiro órgão do Brasil a reunir todos os elos da cadeia para a promoção da pecuária de corte. É uma parceria entre a indústria frigorífica, pecuaristas e governo estadual. Foi inspirado no Inac (Instituto Nacional da Carne), do Uruguai – sistema adotado nesse país há mais de 40 anos – e no Meat and Livestock Australian (MLA), da Austrália e terá como meta o desenvolvimento de programas que assegurem a qualidade e a procedência da carne bovina produzida no Estado.

Segundo o secretário Seneri Paludo, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso, o Imac se baseia em três pilares: promoção da carne; desenvolvimento de pesquisa tecnológica para a padronização das carcaças; controle de pesagem e rastreabilidade.

O compartilhamento das informações coletadas vai tornar mais rigoroso o controle dos produtores sobre a produção comercializada, e os frigoríficos vão dispor de um sistema de rastreabilidade confiável para apresentar ao consumidor.

No primeiro ano de funcionamento, o Imac disporá de R\$ 5 milhões disponibilizados pelo Estado. A partir de janeiro de 2017, a exemplo do MLA, será adotado o sistema de contribuição compulsória, que prevê o recolhimento de R\$ 4 por bovino abatido assim distribuído. O criador deverá recolher R\$ 1 por cabeça todas as vezes que emitir uma Guia de Trânsito Animal (GTA) para abate; o frigorífico comprador desse animal deverá colaborar com mais R\$ 2; e o Estado, com R\$ 1.

Em 12 meses o Imac deverá arrecadar R\$ 20 milhões, destinados aos programas e serviços que garantam ao pecuarista a criação de rebanhos dentro dos critérios definidos pelo instituto. A expectativa é que, o relacionamento entre as partes –

pecuarista, frigorífico e governo – melhore e a transparência na cadeia produtiva aumente.

É o Estado de Mato Grosso dando passos significativos para se consolidar como um Estado líder no agronegócio brasileiro, com sustentabilidade, transparência, eficiência e produtividade nesse setor.

TRANSFORMAÇÕES NO ESTADO DO TOCANTINS

O Estado do Tocantins situa-se no interflúvio de dois grandes rios Araguaia e Tocantins, e tem como bioma predominante o Cerrado. Os indicadores do clima apresentam na temperatura média do ar em torno de 25°C a 27°C (são mais elevadas no norte do estado, as precipitações concentradas de setembro a maio, superam a média de 1.300mm/ano em quase a totalidade de seu território. O relevo é favorável à mecanização agrícola, com extensas áreas com declividades de até 5%.

Essas características, aliadas ao menor preço da terra, contribuíram para a expansão da área agrícola, que passou de 972 km², em 1990, para 3.464 km², em 2007, com crescimento de 356% no período. O Estado é o líder na área do MATOPIBA, região que se estende pelo sul do Maranhão, sudoeste do Piauí e oeste da Bahia, a mais nova fronteira agrícola do Brasil.

Mesmo com essa expansão, o Tocantins tem mais da metade de seu território destinado à preservação ambiental e a reservas indígenas, conforme dados da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Tocantins – SEAGRO/TO (2015). Para a produção agropecuária foram identificados como aptos 13.852.070 hectares, extensão equivalente à área produtiva do Uruguai. Entretanto, desse total, quase 5,5 milhões de hectares (19,6% da superfície do estado) ainda são inexplorados, o que revela a disponibilidade de terras agricultáveis, compondo cenário favorável à expansão do agronegócio.

A pecuária extensiva é tradicional no Estado com rebanho bovino superando 8,1 milhões de cabeças, ocupando quase 27% de sua superfície (7,5 milhões de hectares). No entanto seu potencial está na modernização desse segmento através da integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF). Nesses sistemas de produção estima-se que para cada hectare de pastagem degradada que for recuperada é possível liberar cerca de três hectares para outras atividades. O Estado já possui um indicador importante, é território livre da febre aftosa com vacinação há 18 anos.

O Estado também se destaca na produção de grãos – soja e milho. A soja teve produção de 700 mil toneladas na safra 2005/06, cresceu 353% até 2014/15, quando atingiu 2.476 mil toneladas. Quanto ao milho, sua produção e produtividade estão em ascensão. No mesmo período citado para a soja, o milho aumentou de 460 mil toneladas para 1.180 mil toneladas. A produtividade passou de 1.000 kg/ha para 4.500 kg/ha.

A cana-de-açúcar é outro cultivo com possibilidades no Tocantins. O Estado dispõe de uma unidade em operação para a produção de etanol, e segundo o “Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar”, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa (2009) existe 1,14 milhão de hectares classificados com aptidão média para a produção de cana-de-açúcar.

O Tocantins, embora seja o mais novo estado brasileiro, já demonstra força no agronegócio a ser observado pelos seus vizinhos, os estados do Maranhão e do Pará.

AS APARÊNCIAS ENGANAM

Isto é cada vez mais uma realidade nos estudos taxonômicos. É o que deduz a pesquisa de mestrado da bióloga Bárbara Leal, na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação do botânico Eduardo Borba.

A partir de identificações anteriores, ela esperava encontrar as orquídeas *Cattleya coccínea* e *C. brevipedunculata*, além de híbridos entre as duas. Não foi que ela encontrou em sua pesquisa no Parque Estadual de Ibitipoca, no sudeste de Minas Gerais. Apenas a segunda dessas espécies existe em Ibitipoca e tem uma aparência variável conforme o ambiente, como ela e colegas descrevem em artigo publicado em agosto na revista *Botanical Journal of the Linnean Society*.

É o que também constatou o trabalho coordenado pela botânica Samantha Koehler, do Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas (IB-Unicamp), como parte do doutorado da ecóloga Jucelene Rodrigues, na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq-USP), orientada pela engenheira agrônoma Elizabeth Veasey.

Ao investigar a delimitação das espécies *C. coccínea* e *C. mantiqueirae*, usando dados genéticos foi detectado que a população de Ibitipoca, no município de Lima Duarte, parecia ter maior parentesco com *C. brevipedunculata*, conforme mostram em artigo publicado no ano passado na revista *Plant Systematics and Evolution*.

Segundo Samantha, “vários estudos florísticos mostram que a vegetação dali tem semelhanças com a da serra do Espinhaço”. Isto porque a composição do solo define um ambiente de campo rupestre propício à vegetação do interior do estado. Ainda segundo Samantha, “a distribuição de *C. brevipedunculata* se expandiu e chegou à serra da Mantiqueira, onde achou ambiente favorável”.

É curioso porque *C. coccínea* ocorre numa região bem mais próxima, na serra do Mar no Rio de Janeiro. “Em uma hora se chega a Lima Duarte” diz a botânica. Surgiu daí a sugestão de uma possível zona de hibridação, um processo que pode levar ao surgimento de uma nova espécie, o que é investigado e refutado pela pesquisa de Bárbara Leal.

A situação taxonômica de *C. coccínea* está passando por uma análise mais aprofundada. Um estudo de 2015 mostrou uma divergência acentuada entre as populações do Rio de Janeiro, nos municípios de Petrópolis e Nova Friburgo, e uma já no Estado de São Paulo, em São José do Barreiro. Isto pode significar que sejam linhagens já completamente separadas, mais ainda não são espécies definidas.

Tais pesquisas dão força na direção de que para a identificação taxonômica não basta estudar as características visíveis, ou fenótipo. Também não basta considerar a distribuição geográfica. Fica evidente que várias fontes de informação como a genética, a fisiologia e a química se somam para chegar a uma delimitação melhor das espécies. Adaptações ao ambiente são essenciais à sobrevivência e nem sempre dão origem a novas espécies.

O que pode ser chamado de taxonomia interativa está longe de ser uma ideia nova, mas com grande frequência não é o procedimento adotado, como tinha acontecido até agora com as *catleyas* de Ibitipoca.

E O CRESCIMENTO ECONÔMICO?

Os próximos dois meses serão importantes para mostrar se o governo Temer terá apoio no Congresso para aprovar as reformas necessárias a retomada do crescimento econômico após três anos de recessão, começando pela PEC dos gastos, ou se perderá a para um parlamento fisiologista, em função, sobretudo pelo enorme número de partidos que o compõem.

O ministro Henrique Meireles parece acreditar na habilidade política do presidente em manter uma vase parlamentar que lhe garanta aprovar medidas duras, mas

necessárias para o país retomar o crescimento econômico. Desta forma, a tendência para os próximos meses continua a ser da inflação em queda, com o dólar entre R\$ 3,15 e R\$ 3,40 e a Selic decrescendo.

Como consegui restabelecer relações funcionais com o Congresso, o novo governo trouxe a clara percepção de melhora da governabilidade. Ao mesmo tempo, com o redirecionamento da orientação de política econômica para diretrizes essenciais de reconstrução dos fundamentos macroeconômicos, houve uma contribuição para a melhora do humor dos agentes econômicos. No entanto, sem a privação da PEC dos gastos e demais reforma a serem enviadas ao Congresso, esse humor de expectativa otimista se diluirá.

No caso brasileiro, o profundo desajuste das contas públicas inviabiliza a utilização dos instrumentos de política fiscal para estimular a demanda agregada e a produção. Do lado da política monetária, as limitações em termos de estímulos também são grandes: a inflação elevada não permite ao Banco Central promover uma política monetária expansionista, via corte da taxa de juros, para estimular o consumo e os investimentos.

Já a taxa de câmbio no patamar atual, reclamada pelos exportadores, por considerá-la baixa, apresenta-se como um elemento importante que desestimula a demanda pelo canal do setor externo. Contudo, essa demanda não depende apenas da taxa de câmbio. Aumento da produtividade, a reforma fiscal, a reforma trabalhista e a logística são elementos indispensáveis para dotar o país em nível de competitividade internacional.

Um bom exemplo está no agronegócio, no qual a competitividade do Brasil é observada em vários mercados de commodities, com posição de destaque na produção e na exportação de diversos produtos agroalimentares, agroenergéticos e matérias primas. Toda essa pujança tem sido alcançada apenas com o aumento da produtividade oriunda da pesquisa agronômica, na qual o Brasil tornou-se líder mundial para a agricultura tropical.

No fundo, a retomada do crescimento econômico para o Brasil depende basicamente da variável política, e sua atuação nesse sentido depende fundamentalmente do nível de conscientização política da sociedade em determinar qual a direção a ser tomada para o país avançar: patrimonialismo ou liberalismo.